

PÂMELLA PASSOS • AMANDA MENDONÇA

O professor é o INIMIGO

UMA ANÁLISE SOBRE A PERSEGUIÇÃO
DOCENTE NO BRASIL



mórula
EDITORIAL

PÂMELLA PASSOS • AMANDA MENDONÇA

O professor é o INIMIGO

UMA ANÁLISE SOBRE A PERSEGUIÇÃO
DOCENTE NO BRASIL



mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

REVISÃO

Natalia von Korsch

DESIGN

Patrícia Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Elaborado por Camila Donis Hartmann — CRB 7/6472

P323p

Passos, Pâmella

O professor é o inimigo! [recurso eletrônico] : uma
análise sobre a perseguição docente no Brasil / Pâmella Passos,
Amanda Mendonça. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2021.

recurso digital ; 2 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86464-71-9 (recurso eletrônico)

1. Professores – Brasil. 2. Censura – Brasil. 3. Educação –
Aspectos sociais – Brasil. 4. Conservantismo – Brasil. 5. Livros
eletrônicos. I. Mendonça, Amanda. II. Título.

21-74815

CDD: 371.120981

CDU: 37.011.3-051(81)



Rua Teotônio Regadas 26 sala 904

20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ

www.morula.com.br _ contato@morula.com.br

 /morulaeditorial  /morula_editorial

SUMÁRIO

5	NOTA DAS AUTORAS
6	A construção de docentes como inimigos
15	Unidos contra a educação democrática: conhecendo a coalizão <i>conservadora brasileira</i>
21	Pânico moral não é cortina de fumaça: estratégias do neoconservadorismo
24	A desdemocracia em curso e seus impactos na educação
26	REFERÊNCIAS
28	SOBRE AS AUTORAS

Esta publicação é fruto de um compromisso que temos com a popularização da produção acadêmica em nosso país. Como pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura (GPTEC/IFRJ), vimos ao longo dos últimos anos investigando os impactos do avanço conservador no país e seus desdobramentos na educação brasileira.

Dando continuidade a esta temática, em 2020 realizamos um Pós-doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mesmo que com projetos distintos, nossas pesquisas convergiam nas reflexões acerca da perseguição docente e suas consequências para a democracia brasileira. As páginas que aqui seguem buscam compartilhar as conclusões, ainda provisórias, às quais chegamos.

Cabe agradecer ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), em especial ao campus Rio de Janeiro que, através do financiamento do projeto de extensão “II Seminário de Educação Democrática e Direitos Humanos”, viabilizou a publicação deste livro.

Desejamos que esta leitura seja um convite à luta por uma educação democrática e comprometida com a defesa dos Direitos Humanos.

A construção de docentes como inimigos

O Brasil vivencia nos últimos anos uma conjuntura que reúne episódios graves e constantes de ataques aos direitos humanos. Somado a este fator temos a retirada de direitos sociais básicos, como o acesso a alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho. Um cenário onde o desmonte do Estado, a *desproteção* social e a insegurança da população são direcionados para uma suposta ameaça de destruição da família e da ordem moral hegemônica.

Assim, sentimentos como o medo, o temor de uma possível mudança nas estruturas sociais conhecidas pela maioria da população, vêm sendo produzidos e acionados como parte do projeto de poder em curso no país. Uma parcela significativa deste projeto, que garante sua existência, consiste na construção de um inimigo. E é neste contexto que o “professor doutrinador”, ou o novo inimigo, ganhou notoriedade nos últimos anos no Brasil.

Para falarmos sobre a construção deste novo inimigo é preciso recuperarmos brevemente a trajetória de um dos grandes responsáveis por esta invenção: o Movimento Escola sem Partido (MESP). De acordo com Penna (2016), o movimento manteve-se por algum tempo sem grande expressividade, encontrando maior eco na sociedade em três momentos: na polêmica gerada em 2007 pela coluna do jornalista Ali Kamel no jornal *O Globo*¹, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos “Nova História Crítica”, de Mario Schmidt; o segundo momento teria se dado na polêmica envolvendo a distribuição do kit

1. Link completo para a matéria: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/livro-didatico-reprovado-pelo-mec-continua-sendo-usado-em-salas-de-aula-do-brasil-4153370>.

anti-homofobia² pelo Ministério da Educação em 2011; e, por último, em 2014, durante a crise política e de polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves. Acreditamos ser relevante assinalar que os embates em torno do Plano Nacional de Educação, aprovado também em 2014³, se inserem neste quadro de episódios que contribuíram para alavancar a expressividade social e política do MESP.

Tal movimento, ao defender uma suposta neutralidade pedagógica, acusa educadores de influenciar seus alunos exercendo sobre eles um poder de persuasão comparado a uma patologia, como podemos observar no trecho a seguir:

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo (Escola sem Partido, 2016).

Comparando a relação professor-aluno com a de sequestrador e sequestrado, o MESP cria um cenário no qual as famílias são convocadas a salvar e defender seus filhos desta violência intelectual. Nota-se que os dois pilares principais do projeto são a soberania da família, que se sobrepõe ao direito do estudante de obter elementos para produzir de forma autônoma sua visão de mundo, e uma suposta ideia de “neutralidade” dos docentes, currículos e projetos pedagógicos.

-
2. Link para apresentação do Programa Escola Sem Homofobia: http://www.mpf.mp.br/pfdc/eventos/2011/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/apresentacoes/rodrigo-oliveira-mec/at_download/file; e para o caderno “Escola sem Homofobia” que integrava o kit elaborado pelo MEC: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAx-V88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>.
 3. Link para o Plano Nacional de Educação: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

Importante dizermos, também, que o MESP passou a reunir uma diversidade de atores, combinando, fundamentalmente, setores da direita intelectual e partidária do país, a cúpula religiosa cristã e setores do empresariado brasileiro — uma atuação combinada de agentes através de uma *coalizão conservadora* em defesa da “escola neutra”. Michel Apple, ainda nos anos 1990, já preconizava sobre esta coalizão ao demarcar os principais aspectos que diferenciariam neoliberais e neoconservadores. Segundo o autor, os últimos, apesar de concordarem com a ênfase na economia, têm como principal questão a “restauração” cultural.

Para Apple (1994), haveria uma coalizão constituída por empresários, nova direita, intelectuais, dentre outros, atuando na formulação de políticas educacionais que retomassem uma versão romantizada da escolarização. Uma aliança, portanto, pautada pelo resgate, por exemplo, do chamado “domínio do professor”, do conhecimento de “*status*” elevado, e do uso de mecanismos de controle sobre o conhecimento, a moral e os valores.

As ideias neoconservadoras vigentes, segundo Apple, na década de 1990 — como o uso da disciplina para retornar a um passado romantizado do lar, da família e da “escola ideal”, preservando seu eixo principal na “restauração” cultural — foram atualizadas a partir de meados dos anos 2000, adquirindo novos contornos e expressões, como o caso do MESP, e exaltando a figura do professor como inimigo.

É essencial mencionarmos que, em grande medida, o MESP e os projetos de lei originados a partir dele vêm garantindo o apoio de parcelas da sociedade com a argumentação de que educar não é uma tarefa exclusiva do Estado. Segundo seus defensores, o Estado deve promover um ensino qualificado, mas no exercício desse dever precisa, decisivamente, da “contribuição” das famílias.

Nesse contexto cria-se a figura do *professor doutrinador*, aquele que impõe temas e conteúdo que contradizem a vontade e a crença das famílias. Esta visão, de que cabe à família decidir sobre o que os filhos podem aprender ou não — como ressalta um dos slogans do movimento: “meus filhos, minhas regras” —, passa a ser um dos eixos estruturantes dessa agenda e dos projetos do MESP.

Consolida-se um cenário em que a família está em risco, a educação das crianças corre perigo e o professor é parte importante desta ameaça. Assim, passamos a assistir a uma série de episódios de perseguição a estes profissionais e de censura nas escolas. No início de setembro de 2019, por exemplo, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher o material escolar

de ciências para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental⁴, pois segundo ele a apostila trazia conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. No mesmo ano, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), considerou a história em quadrinhos “Vingadores: A cruzada das crianças”, em que dois personagens da saga são namorados e aparecem se beijando em um painel, conteúdo sexual para menores e ordenou que fosse recolhida da Bienal do Livro⁵.

Nesse mesmo contexto, o secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Antônio Paulo Vogel, afirmou que o governo iria elaborar um novo edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), para que os livros didáticos distribuídos nas escolas de todo o país ficassem livres de “doutrinação”. Seguindo a mesma linha, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub reiterou a fala do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre a necessidade de mudanças nos livros didáticos, devido ao conteúdo “excessivo” dos mesmos, e afirmou em entrevista: “Quem educa é a família, a escola ensina. A gente ensina a ler, a escrever e ensina um ofício. Sai o ‘kit gay’ e entra a leitura em família”⁶.

Recentemente, em fevereiro de 2021, foi publicado pelo Ministério da Educação um novo edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). O texto proposto pelo MEC retira a proibição, que vigorava nos editais anteriores, de que as obras selecionadas contenham sexismo, racismo e preconceito regional. Em contrapartida, o edital prevê que as obras contemplem a defesa da família e a obrigatoriedade de promoção de “valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade e responsabilidade”.

A partir da repercussão social dos projetos e do próprio MESP, consideramos que há uma ampliação no número de adeptos deste discurso. Apesar

4. Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: ‘Não aceitamos apologia à ideologia de gênero’. *G1*, 3 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>. Acesso em: 4 de novembro de 2020.

5. Marcelo Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. *G1*, 6 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em: 4 de novembro de 2020.

6. “Sai o kit gay, entra a leitura em família”, diz ministro da Educação. *Carta Capital*, 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sai-o-kit-gay-entra-a-leitura-em-familia-diz-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 4 de novembro de 2020.

da ausência de dados oficiais e levantamentos sobre apoiadores, podemos mensurar o suporte ao movimento através da adesão em suas redes sociais. No perfil do MESP no Instagram, criado em 2020, o movimento já conta com 51,3 mil seguidores, enquanto o Twitter do movimento tem 116,1 mil seguidores. Além disso, o MESP tinha uma conta no Facebook, que foi desativada em 2019, com 236.981 seguidores⁷.

Cabe destacar que, mesmo com ações do campo jurídico que desmontam a constitucionalidade de tais projetos, na prática e no âmbito de muitas escolas eles já estão em vigor. O clima persecutório e de denunciismo sobre os docentes é cada vez mais relatado por estes, que vêm sendo impedidos, por vezes de forma velada, de abordar certas temáticas em sala de aula, tendo suas vidas expostas em jornais, redes sociais e sofrendo até mesmo processos judiciais por doutrinação ideológica.

O movimento conta com uma extensa rede de deputados, influenciadores digitais e grupos como o Movimento Brasil Livre⁸. Em todas estas frentes, seus agentes estimulam, dentre outras coisas, que alunos filmem e denunciem seus professores⁹. O próprio presidente Bolsonaro, entusiasta do Escola sem Partido, compartilhou em suas redes sociais um vídeo que expõe uma professora e em seguida postou: “Professor tem que ensinar, e não doutrinar”¹⁰.

Em nossa hipótese, os discursos proferidos por figuras públicas ocupantes de cargos no Executivo e no Legislativo vêm sendo acompanhados por um crescimento de episódios abertos de perseguição a docentes em todo o país. Para embasá-la, apresentamos matérias que a mídia passou a veicular contendo relatos de professores que sofreram algum caso de perseguição.

7. Dados coletados em dezembro de 2020.

8. Movimento político brasileiro criado em 2014 que defende o liberalismo econômico e o republicanismo. Em seu manifesto de fundação são encontrados cinco objetivos: “imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras”. O movimento está posicionado à direita do espectro político tradicional. Link para sua página oficial: <https://mbl.org.br/>.

9. O movimento Professores Contra o Escola Sem Partido faz uma denúncia a esse respeito no artigo disponível em: <https://profscontraoesp.org/2020/03/29/censura-e-gravacao-de-aulas/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

10. Vídeo postado na rede social pessoal do presidente Jair Bolsonaro em 28 de abril de 2019: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1122466597644505089>.

O primeiro que destacamos ocorreu em 2018 com um professor de inglês e literatura de duas escolas particulares no estado de São Paulo. O docente enfrentou acusações e ameaças por parte de representantes dos alunos, que envolviam uma suposta fala sua contra Bolsonaro durante as aulas, e o anúncio de que familiares armados iriam até a escola abordá-lo. Segundo o professor, entrevistado pelo *El País*:

Eu cheguei e os alunos estavam muito agitados e muito felizes, cantando a vitória. Eu tentava começar a aula e eles não deixavam. Tentei conversar e argumentar de que vivemos num país democrático, mas eles gritavam que queriam ditadura. Qualquer coisa que eu dizia eles rebatiam com “ah, seu comunista!”¹¹.

Em 2019, foi a vez de uma professora de história da rede municipal de Contagem, em Minas Gerais, ser denunciada por pais de alunos. A base da “denúncia” foi uma prova aplicada por ela que, por meio de charges, criticava o presidente Jair Bolsonaro¹². No ano seguinte, um quadro de perseguição ocorreu com uma professora de inglês do interior de São Paulo¹³. A docente havia solicitado que alunos do 8º ano respondessem um questionário e fizessem uma pesquisa em casa sobre alguns conceitos e correntes históricas do feminismo.

Em entrevista ao *El País*, ela afirma: “Já nesse processo a diretora me chamou para avisar que havia a queixa de mães de alunos”. Em seguida, solicitou que ela fosse à Secretaria de Educação, pois um pai havia apresentado uma queixa na ouvidoria. A reclamação afirmava que a professora aproveitava suas aulas para ensinar sobre feminismo e “ideologia de gênero”.

11. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. *El País*, 19 de maio de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

12. Professora é perseguida ao propor reflexão sobre Bolsonaro negar Ditadura. *BHAZ*, 24 de outubro de 2019. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/10/24/professora-denunciada-prova-bolsonaro/#-gref>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

13. A professora de inglês perseguida por falar de feminismo no berço do MBL. *Pragmatismo Político*, 6 de março de 2020. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/03/professora-de-ingles-perseguida-feminismo-mbl.html>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

No ensino superior o quadro de perseguição e de denunciamento também vem se consolidando. Um dos episódios recentes envolve a professora Marlene de Fáveri, que teve seu nome amplamente divulgado em razão de um processo movido contra ela¹⁴. A docente, mesmo contando com uma trajetória profissional reconhecida na área de estudos de gênero e feminismo, foi acusada de doutrinação ideológica por uma orientanda de mestrado. A aluna acionou a justiça alegando ter sido perseguida por não ser feminista¹⁵. Fáveri teve aulas gravadas sem sua autorização, assim como conteúdos e programas do curso expostos, e precisou se licenciar da universidade.

Estas são pequenas amostras do cenário nacional de perseguição a docentes no Brasil. Em comum, identificamos o fato de que os professores atingidos apontam o uso da internet e das redes sociais como a principal fagulha para a perseguição. O “linchamento virtual” configura-se, hoje, um dos maiores temores destes docentes.

Em geral, são pequenos trechos das aulas que são compartilhados de forma descontextualizada e acompanhados de acusações de “doutrinação” ou de ensino da “ideologia de gênero”. Outro ponto relevante mencionado por inúmeros docentes envolve a comunicação das famílias via grupos de WhatsApp, o que estaria facilitando a disseminação destes vídeos e de informações distorcidas. Destacamos, ainda, que no contexto de ensino remoto imposto pela crise sanitária do Covid-19 tal situação se intensificou, tendo em vista a demanda de gravação de aulas e/ou exposição dos professores nos encontros online.

O que observamos em nossa prática docente e no convívio com colegas é o exercício do que estamos chamando de autocensura pedagógica. Entendemos como autocensura pedagógica o movimento pelo qual professores deixam de trabalhar determinados temas, ainda que estejam previstos no currículo de sua disciplina, buscando evitar acusações de doutrinação e/ou exposição, em especial nas redes sociais.

14. Ação de aluna contra professora sob alegações de intolerância e perseguição religiosa e político-ideológica. IDDH, s/d. Disponível em: <https://iddh.org.br/acao-de-aluna-contr-professora-sob-alegacoes-de-intolerancia-e-perseguciao-religiosa-e-politico-ideologica/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

15. Briga judicial entre professora e aluna ilustra racha político no país. *Folha de S. Paulo*, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/briga-judicial-entre-professora-e-aluna-ilustra-racha-politico-no-pais.shtml>. Acesso em: 2 de abril de 2021.

Nesse contexto, passamos a ter uma série de “temas sensíveis”, que recebem tal adjetivo devido à conjuntura de avanço conservador e ataques à educação democrática. No hall das temáticas que passaram a ser consideradas sensíveis no campo da história poderíamos destacar: escravidão, ditaduras e nazismo (Passos e Guigues, 2020).

Identificamos, também, um número significativamente maior de professoras sofrendo estas perseguições. Segundo o Censo Escolar de 2020¹⁶, foram registrados 2.189.005 docentes na educação básica brasileira. Destes, 593 mil atuam na educação infantil e, ainda de acordo com os dados do censo, 96,4% são do sexo feminino e 3,6% do sexo masculino. O ensino fundamental conta com 1.378.812 docentes, sendo 88,1% do sexo feminino e 11,9% do sexo masculino. Em relação à última etapa da educação básica, o ensino médio, 57,8% do total de 505.782 professores são do sexo feminino e 42,2% do sexo masculino.

Estes números reafirmam um dado de conhecimento geral no campo educacional, o de que as mulheres são maioria na docência, especialmente na educação infantil e no primeiro segmento, etapas da escolarização que ainda são muito associadas à ideia do cuidado (Silva e Mendes, 2015).

Tendo como exemplo o cargo de professora, especialmente da Educação Infantil e das Séries Iniciais, a relação que a sociedade faz da figura da mulher com a maternidade, com o cuidar, nos leva a associar a imagem da mesma como mais adequada para educar as crianças de menor idade. O processo histórico de feminização do magistério acontece a partir do momento que associação da atividade docente como uma profissão que a mulher tivesse permissão para seguir visto que as funções a serem desempenhadas na escola seriam semelhantes às funções a serem desempenhadas em casa. (Silva e Mendes, 2015).

A feminização do magistério, para nós, é um elemento central para este quadro de perseguições e assédios. Um cenário que se intensifica de acordo com o tipo de vínculo trabalhista estabelecido e com a rede, privada ou pública — por exemplo, em relações mais precárias e sem estabilidade, como o caso de docentes contratados temporariamente ou em estágio probatório, circunstâncias que podem

16. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf.

facilitar assédios e perseguições. Além disso, em grande parte da rede privada de ensino o ambiente relatado por diversos docentes é de controle e vigilância.

Não temos pretensão de com estes pequenos exemplos desenvolvermos um quadro completo sobre as perseguições a docentes no Brasil. Nosso intuito é o de através deles levantarmos elementos que estruturam este cenário. Ou seja, identificamos o período de acirramento destas perseguições, os principais argumentos e ferramentas. Com isso, pretendemos contribuir com análises de como tais perseguições ocorrem e na produção futura de dados sobre em que segmentos de ensino, áreas de conhecimento e regiões do país (pequenas e grandes cidades) elas vêm acontecendo com mais frequência.

Unidos contra a educação democrática: conhecendo a *coalizão conservadora* brasileira

A fim de compreendermos um pouco melhor a já mencionada *coalizão conservadora* e de contribuirmos com análises sobre a cena política e educacional recente do Brasil, lançamos mão de um conceito formulado inicialmente nos EUA, na segunda metade do século XX: o neoconservadorismo. Em um primeiro momento este conceito esteve vinculado às tentativas de descrever as reações de intelectuais conservadores americanos aos movimentos de contracultura. Contudo, hoje ele nos ajuda a pensar os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores, visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista.

Consideramos fundamental reconhecer as limitações do termo, mas ele nos permite caracterizar o fenômeno de uma nova agenda moral em sua emergência, ressaltando as coalizões diversas que a sustentam em um contexto específico, como o caso do Brasil. Além disso, ele contribui no olhar para a relação entre o conservadorismo cristão e o individualismo liberal, entre antipluralismo e neoliberalismo — elementos centrais da estrutura cultural, social e econômica do nosso país.

De acordo com Apple (2001), o neoconservadorismo envolve ações defensivas e iniciativas *pro status quo*. Apesar do acordo com aspectos econômicos neoliberais, os neoconservadores defendem um Estado forte em determinadas áreas, especialmente as que se conectam com padrões, valores e condutas coletivas. O autor destaca que neoconservadores constituem uma aliança em favor da reestruturação conservadora, onde a educação tem lugar de destaque. Desta forma, realizam ataques ao currículo escolar por ser supostamente antifamília e pela falta de patriotismo. Além disso, os agentes convergem na *coalizão conservadora* que tem dentre seus principais objetivos afastar as políticas educacionais do debate público e colocá-las como uma “escolha” dos pais.

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto “novo” de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, intelectuais neoconservadores que querem um “retorno” aos padrões mais elevados e uma “cultura comum”, conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com a preservação de suas próprias tradições (Apple, 2015).

Flávia Biroli et al. (2020), ao explorarem o neoconservadorismo, destacaram que a aliança entre neoliberais e conservadores, que engendra o neoconservadorismo, se pauta pela convergência em uma narrativa da crise que tem como lócus a família. Essa análise, em particular, nos interessa, pois levanta elementos do cenário atual do país, onde a ameaça à família constitui parte central de um projeto de poder em curso.

Ainda segundo análise proposta por Biroli et al. (2020), o neoconservadorismo apresenta entre suas características principais as alianças e afinidades entre diferentes setores. É possível observar, como parte da maquinaria legal neoconservadora, um conjunto de atores que mobiliza pessoas através da defesa de uma moral reprodutivista e matrimonial — entre estes, políticos cristãos e juristas confessionais. No caso do Brasil, este fenômeno envolve a presença significativa de atores católicos e evangélicos atuando conjuntamente como formuladores e articuladores das principais diretrizes políticas e ações conservadoras atuais.

Nesse sentido, é interessante pensarmos sobre esta característica neoconservadora que permite ações contemporâneas conjuntas do conservadorismo religioso cristão. Este fato é relevante, pois até o período da redemocratização do país a aliança entre atores católicos e evangélicos era tensionada pelo crescimento vertiginoso destes últimos, em especial das correntes neopentecostais. O crescimento demográfico e político dos evangélicos gerou embates tanto no interior do campo religioso quanto com outros campos, impactando o conjunto da sociedade. Assim, as últimas décadas do século XX foram marcadas por inúmeras tentativas de resposta ao crescimento evangélico, onde dirigentes católicos passaram a investir na recuperação do espaço perdido.

O processo que descrevemos em relação ao período da nossa redemocratização tem relação com a “descatolinização”, que permaneceu em curso nas décadas seguintes. Nesse sentido, vale mencionarmos que, apesar de o Brasil

ser um país ainda predominantemente católico, as pesquisas recentes do IBGE mostram que, desde a década de 1970, as taxas de crescimento do catolicismo não acompanham o crescimento da população. Pesquisadores acreditam que até 2030 católicos serão menos de 50% da população brasileira e que até 2040 estarão empatados com os evangélicos (Mendonça, 2017).

Contudo, esse quadro é alterado neste contexto neoconservador brasileiro, promovendo alianças conjunturais entre católicos e evangélicos tradicionalistas em torno de pautas como a defesa da família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Chama atenção, portanto, esta característica neoconservadora de operar unificando esses atores no debate e na ação política, como se não houvesse disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo, assim como entre ambos.

Outro traço importante e que diferencia o conservadorismo experimentado hoje daqueles vivenciados em outros momentos de nossa história é o que Biroli et al. (2020) denominaram ‘acentuada juridificação da moralidade’. A expressão faz referência às movimentações dos neoconservadores em levarem o debate sobre a regulamentação moral da sexualidade para o campo do direito.

Sobre este ponto, cumpre destacar o papel da Igreja Católica, através do Vaticano, frente a organismos multilaterais como a ONU e a OEA. Com o privilégio de ser uma instituição religiosa com representação nos conselhos e espaços deliberativos destes organismos, a cúpula católica tem uma marcada influência no movimento conservador ao levar, dentre outras pautas, a luta contra a “ideologia de gênero” a esses organismos internacionais.

Não é nosso objetivo nessa publicação aprofundarmos este item, que para nós é de extrema relevância e merece um estudo detalhado. Mas consideramos importante mencionarmos este aspecto neoconservador, pois ele dialoga com o processo em curso na educação. Ou seja, da mesma forma que o campo do direito (jurídico) passou a ser acionado para a tentativa de legalizar uma moral sexual universal, baseada na defesa da família natural e da sexualidade vinculadas à reprodução, as disputas travadas no campo educacional também passaram a ser judicializadas¹⁷.

17. STF nega recurso que pedia reconhecimento de direito a ensino domiciliar. *STF*, 2018. Disponível em: <https://www.sedep.com.br/noticias/stf-nega-recurso-que-pedia-reconhecimento-de-direito-a-ensino-domiciliar/>. Acesso em 05/12/2021.

STF julga inconstitucional lei de Alagoas inspirada no movimento Escola Sem Partido. *O Globo*, 22 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-julga-inconstitucional-lei-de-alagoas-inspirada-no-movimento-escola-sem-partido-24601475>. Acesso em 05/12/2021.

Ainda nos debruçando sobre as particularidades do neoconservadorismo e o que o distingue de outros momentos de nossa história, há o fato de que ele se constrói e se consolida em contextos democráticos. A esse respeito, Biroli (2018) argumenta que no período de liberalização dos regimes políticos na América Latina, nos anos 1980, com o retorno ao pluralismo partidário e à liberdade de expressão, novos atores coletivos puderam tomar parte da cena pública — dentre estes, conservadores. A autora aponta a proliferação de organizações da sociedade civil, partidos políticos e mesmo funcionários públicos, orientados por princípios religiosos e conservadores, como exemplos desta nova organização conservadora na cena pública.

Além destes atores, é importante registrarmos mais uma vez o papel da Igreja Católica, que, operando no âmbito estatal e influenciando o sistema partidário de diferentes maneiras, afetou este cenário, seja com a formação de partidos cristãos ou com o acesso livre a governantes. Nesse mesmo contexto, os evangélicos se somam à atuação no campo político, investindo significativamente na formação de quadros para disputarem e ocuparem estes espaços. Como resultado, estamos assistindo a uma ampliação expressiva de representantes políticos cristãos, o que tem impactado o caráter de nossas leis aprovadas, políticas públicas e Estado (Mendonça, 2017).

Portanto, é diante de um contexto com elementos característicos de uma democracia liberal, como processos eleitorais com voto direto, presença de partidos políticos de diferentes espectros, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que o neoconservadorismo foi se erguendo no Brasil. Mas este processo não ocorreu de forma isolada em nosso país, e esta é mais uma das características do neoconservadorismo segundo Biroli et al. (2020): seu caráter transnacional.

Dessa forma, assistimos na última década na América Latina a campanhas e argumentos circularem na região propagando uma agenda comum, por exemplo, contra a “ideologia de gênero” e em defesa do “direito à vida” e da família. Essa ideia de transnacionalidade do neoconservadorismo se apresenta de forma muito explícita em episódios recentes do continente. Logo após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no Brasil, em outubro de 2018, o CMHNTM¹⁸ da Argentina

18. O movimento Con Mis Hijos No Te Metas – CMHNTM (“Não se meta com meus filhos”, em livre tradução do espanhol).

anunciou a organização de seu primeiro protesto, cuja pauta seria “Gênero nunca más”. De acordo com Mendonça e Moura (2020), os vizinhos Bolívia, Paraguai e Colômbia acompanharam este movimento. De acordo com as autoras, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil facilitava a articulação de uma frente para atuação conjunta em oposição às políticas de discussão de gênero por todo o continente.

No Peru, diversos grupos religiosos reagiram à proposta de um novo currículo e uma marcha contra a “ideologia de gênero” foi convocada. Um mês e meio antes da marcha, o congresso aprovou uma moção de censura contra o ministro da Educação, impedindo que o enfoque de gênero fosse implementado em qualquer escola do país. Os argumentos apresentados, assim como no Brasil, eram de que os chamados ideólogos do gênero, radicais, buscam que não haja diferença entre homens e mulheres e desejam fazer isso via educação, retirando o direito dos pais de educarem seus filhos (Mendonça e Moura, 2020). Mais uma vez, destacamos o papel das redes sociais, que foram de extrema relevância para a mobilização destes grupos, por exemplo, com o uso da hashtag #ConMisHijosNoTeMetas nas redes e em todas as manifestações.

A respeito destes movimentos e dos argumentos por eles evocados, consideramos fundamental pontuarmos que em diversos momentos eles são apresentados com linguagem científica, utilizando-se de perspectivas relativistas para nomear informações falsas, sem fontes confiáveis ou dados, como uma perspectiva possível de abordagem. A ideia de direito também é muito evocada dentre os argumentos utilizados, como o “direito de estudar conteúdos que a família defende” ou “o direito de defender que não houve ditadura no Brasil”. Biroli (2018) alega que é uma estratégia definir como “ideológicos” os movimentos referenciados pelo pluralismo ético, pois desta forma é possível para os conservadores reivindicar a ciência e até a democracia.

Também integra a lista de particularidades sobre o neoliberalismo aos quais estamos investigando neste artigo sua relação com o neoliberalismo, de forma a ter uma política restaurativa com centralidade na defesa da ordem moral supostamente em crise. Vale dizer, a aliança entre matizes liberais e conservadoras não é algo novo em nosso país. Na história da República brasileira poderíamos destacar a força do anticomunismo, que, ao unir as matizes ideológicas — liberal, católica/cristã e nacionalista —, tornou-se uma força discursiva extremamente potente, justificando golpes à democracia como os de 1937, com Getúlio Vargas, e de 1964, com os militares (Passos, 2017).

Contudo, hoje vivenciamos um momento distinto, em que conservadores atuam em um cenário dito democrático, onde a defesa das tradições morais é instrumentalizada na disputa política de forma central, e o neoliberalismo se torna antiliberal e confronta mesmo agendas mínimas de direitos humanos e sociais (Biroli et al., 2020). Ou seja, em um cenário fortemente marcado pelo neoconservadorismo há a recusa de políticas para igualdade de gênero e contra a ideia de participação igualitária das mulheres na sociedade.

Para Biroli et al. (2020), a dinâmica acelerada de retirada de direitos caminha conjuntamente com a aposta em um moralismo compensatório como forma de canalizar politicamente frustrações e de desviar a atenção do desmonte em curso. Para este projeto, é necessário posicionar a família no centro de sua concepção mais ampla de sociedade.

Mais uma vez, a “ordem moral” e a segurança podem ser apresentadas como algo a ser garantido por “famílias funcionais” que atuem como gestoras de individualidades cada vez mais pautadas pela racionalidade econômica, enquanto vínculos sociais se enfraquecem e alternativas coletivas são deslegitimadas (Biroli et al., 2020, p. 90).

Assim, agentes com perfis ideológicos e interesses materiais variados vêm se reunindo na retirada de direitos e na pauta moral. Alianças políticas com grupos cujos interesses são originalmente distintos são realizadas, unindo segmentos não religiosos e religiosos a fim de garantir a hegemonia moral. Entretanto, Biroli et al. (2020) ressaltam que, a despeito dessa pluralidade de grupos conservadores com interesses distintos, quem vem assumindo a máquina estatal nos países latinos é a direita, que em comum vem desenvolvendo a prática de ignorar as políticas de direitos humanos e os tratados internacionais assinados.

Ou seja, estamos trabalhando a ideia de que conservadorismo é uma categoria posicional, que se desenvolve em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política. Nesse sentido, a configuração atual do conservadorismo latino-americano está fortemente marcada pela reação aos avanços dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTIA+ no continente. Um dos argumentos centrais expressos pelas coalizões conservadoras nestes países, e muito fortemente no Brasil, é o pânico acionado com a ideia de fim da família tradicional. Dessa forma, o medo tem sido uma estratégia fatal e determinante para o avanço neoconservador no continente.

Pânico moral não é cortina de fumaça: estratégias do neoconservadorismo

Buscamos através da análise sobre as características atuais do conservadorismo, o neoconservadorismo, levantar elementos que nos auxiliem a compreender o quadro brasileiro de avanço de ações de censura e perseguições, particularmente na educação. Dentre os pontos que abordamos, um se destaca em nossa pesquisa, o de defesa da família, ao examinarmos os argumentos principais evocados pela coalização conservadora para, dentre outras coisas, ser contrária, por exemplo, ao que chama “ideologia de gênero” e aos direitos LGBTIA+.

Assim, esta coalização tenta universalizar e naturalizar uma única concepção de família, a heteronormativa. Mas por trás deste modelo apresentado como padrão — como uma instituição que está em risco, corre perigo e precisa ser defendida — está a ideia de família como um dispositivo de controle. Ou seja, uma instituição que desempenha um papel fundamental na estrutura política e econômica e na conformação social atual. É o que Biroli (2018a) nomeou como família funcional, aquela que atua na sustentação do capitalismo neoliberal, que representa o núcleo de segurança diante da vulnerabilidade e da precarização trazidas com o desmonte neoliberal.

Desta forma, a autora aponta para a convergência entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Quando se acirram as crises das relações de cuidado — denunciadas enfaticamente pelas feministas —, a retirada de garantias sociais, a diminuição de políticas públicas, e as diversas restrições na atuação do Estado, peças-chaves do modelo neoliberal, a família passa a ser a instituição que deve *fazer funcionar* a reprodução, o cuidado, e suprir as ações estatais. Para que isso ocorra, ela não pode ser justa ou democrática, mas, sim, operar na desigualdade de gênero, reforçando a esfera privada e do lar como um espaço feminino,

mantendo a múltipla jornada de trabalho das mulheres, a inviabilização do trabalho doméstico e destacando a maternidade como destino.

A família, portanto, assume uma função determinante na conjuntura analisada ao ser o elo entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, atuando como o que Birolu et al. (2020) denominaram cola simbólica, ou seja, os meios pelos quais agentes e instituições com interesses diversos se conectam. Nesse sentido, identificamos a suposta ameaça à família heteronormativa como uma cola simbólica do neoconservadorismo brasileiro. Propagam-se, assim, discursos, agendas e ações sobre o perigo que a família brasileira corre. Opera-se com a moralização das inseguranças, trazidas pelo que seria o fim da única instituição que cuida, como chave da política. Cria-se um cenário de insegurança, falta de referências e caos.

Soma-se a este cenário o uso de uma estratégia política denominada retórica da perda. Tal estratégia, de acordo com Vital da Cunha (2021), consiste em narrativa fundada a partir de uma insegurança moral diante de mudanças sociais em curso. Diante destas mudanças que apontam para uma outra normatividade, a retórica da perda propõe o “resgate” de uma sensação de segurança partilhada socialmente. Ou seja, são as reações à diversidade e a todas as transformações que desafiavam a ordem social vigente, emergindo na forma de pânicos morais e amplificando demandas por segurança e o fortalecimento de identidades.

A defesa de um modelo de família e de um padrão nas relações entre os gêneros são exemplos fulcrais desta narrativa. A retórica da perda é uma narrativa que se funda na identificação de um sentimento público que anseia por uma mudança. Mas não em direção ao novo, não prospectiva, vanguardista, utópica. A seta desta mudança desejada vai em direção ao passado. Um passado, em grande medida, imaginado (Vital da Cunha, 2021).

A autora explica que a retórica da perda busca aplacar tais sentimentos de medo, ameaça e apatia que se estabeleceram e que fragilizaram a confiança interpessoal e interinstitucional. Para Vital da Cunha (2021), este sentimento compartilhado de ameaça em tantos planos, no qual a educação se destaca, favorece demandas por um retorno, uma volta ao passado. A suposta recuperação de valores serviria de base para restabelecer a vida social, a confiança e a segurança coletiva.

Ao analisar, ainda que de forma breve, as estratégias do neoconservadorismo, chamamos atenção para o fato de que a defesa de pautas morais não é apenas uma cortina de fumaça. A *coalizão conservadora* que hoje está em ascensão no Brasil atua de modo a conjugar interesses econômicos, culturais e morais. Os resultados eleitorais de 2018 e o crescente apoio a discursos que reforçam o lugar da família heteronormativa em contraposição a diversas formas e vivências de amor devem ser observados com um grito para que possamos produzir análises conjunturais mais complexas que compreendam a dimensão econômica dos processos sociais, não se reduzindo ou restringindo a ela.

Adriana Facina (2010) em seu artigo intitulado “Sobre perfumes e essências: o lugar da Cultura na História” aponta a preocupação com a pouca atenção e até desvalorização no campo historiográfico marxista em relação a temas de pesquisa voltados para aspectos culturais, tais como música, literatura e artes. Vistos como “perfumaria da história”, estes seriam temas menos relevantes para aqueles que compreendem como essencial a análise econômica dos processos histórico-sociais.

Onze anos após a publicação deste artigo, assistimos à coalizão conservadora chegar ao poder no Brasil através de discursos conservadores que mobilizaram setores populares. O que era tido como perfumaria, torna-se cada vez mais essencial para compreensão da situação econômica e política do país. Como afirma Facina (2010):

Na historicidade específica do capitalismo, movida na dinâmica da luta de classes, a “perfumaria” da cultura pode despertar ou entorpecer sentidos e sensibilidades, pode estar a serviço da transformação ou da manutenção do *status quo*. Cabe aos historiadores comprometidos com a transformação da sociedade aguçarem seu olfato.

Com este e-book buscamos convidar pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a transformação da sociedade a aguçarem seus olfatos. Em geral, estamos quase que exclusivamente preocupados com a análise do neoliberalismo, dando pouca ou nenhuma atenção ao neoconservadorismo. Rimos de suas propostas, que a passos galopantes avançam numa sociedade que, sem direitos, agarra-se ao passado que lhe é apresentado de forma saudosista e ilusória. Nunca foi tão necessário escovar a história a contrapelo, como nos convida Walter Benjamin (1994).

A desdemocracia em curso e seus impactos na educação

O que buscamos apresentar neste artigo foi um conjunto de hipóteses e análises que levam a um processo de desmonte da democracia brasileira, uma desdemocratização. Perseguições e assédios na educação, acionados pelo medo e o pânico moral, são pontos fundamentais para a compreensão deste processo. Produzidos e acionados pela convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo, tais movimentos culminam em uma intensa retirada de direitos e no desmonte da democracia no Brasil atual. Num contexto em que a desdemocracia cresce, o professor crítico e democrático é produzido como inimigo.

Uma das hipóteses que aventamos foi a de que as disputas morais em torno da defesa da família e os ataques às políticas pró igualdade de gêneros são parte estruturante de um processo de desdemocratização de nosso país. Isso quer dizer que há, para nós, uma erosão de nosso regime democrático sendo implementada através da atuação da coalização conservadora e de sua capacidade de mobilização via pauta moral.

Muitos estudos recentes sobre desdemocratização se concentram no enfraquecimento de normas sociais e de instituições anteriormente confiáveis, buscando identificar como sólidas democracias vêm sendo afetadas por este fenômeno. No caso do Brasil, é fundamental destacarmos exatamente a fragilidade de nosso regime, permeado em sua história por interregnos democráticos, marcado por inúmeros golpes e por instituições historicamente corrompidas. Um quadro que, para nós, acirra a desdemocracia em curso.

Outro fator importante a ser mencionado é trazido por Biroli et al. (2020), quando destacam que o “autoritarismo moderno” não deixa necessariamente de lado os processos eleitorais, mas investe em desarticular a oposição sem aniquilá-la. A ideia de supostas maiorias morais é defendida e coloca em cheque o sentido de democracia. Somam-se a este cenário de enfraquecimento e de deslegitimação da democracia os escândalos de poder econômico e corrupção.

Além disso, o processo de erosão da democracia se atrela à desconstrução da noção de público, de coletividade. Isso se dá através de privatizações em múltiplos aspectos e na redefinição do próprio sentido de coletividade. Tudo isso como parte de um regime neoliberal em que a expansão do econômico ocorre em detrimento do social, em que a esfera privada corresponde a uma “esfera pessoal protegida” e a noção de público é deteriorada.

Sob este ponto, Biroli et al. (2020) ressaltam que há diferentes tipos de privatização, tanto dos bens e do espaço público, que corresponde à restrição do papel do Estado, como da expansão da “esfera privada protegida”, sendo esta referente à ampliação do papel da família funcional. Portanto, a defesa deste modelo de família corresponde também à defesa da lógica neoliberal e privatista. E ela, conforme buscamos expor ao longo do texto, vem sendo elemento de acionamento de pânico moral e de perseguição.

A relação entre “desdemocratização”, precarização e a mobilização de “pânicos morais” com objetivos políticos ainda precisa ser melhor pesquisada. Não se trata de uma grande conspiração, mas de movimentos que convergem e definem novos padrões para a seletividade das democracias existentes. As inseguranças assim gestadas também funcionam como fonte ativa de legitimidade para políticas de repressão e para a militarização (Biroli, 2018, p. 90).

Procuramos demonstrar que esta relação entre pânico moral, neoconservadorismo e desdemocratização vem se desenhando no Brasil através do foco na família e em slogans como “meus filhos, minha regras”. Neste contexto, assistimos à demonização de professores e professoras que, ao praticarem uma educação democrática, são críticos à desdemocracia em curso.

Acusados de doutrinadores, professoras e professores têm sobrevivido num cenário brasileiro no qual há uma construção política com manipulação de afeto. Famílias são incitadas a odiar e atacar os profissionais da educação, pois estes estariam ameaçando a segurança de seus valores e direitos. Enquanto isso, os direitos básicos, como acesso à saúde, educação e moradia estão ruindo junto com a democracia brasileira.

Se o neoconservadorismo afirma que o professor é o inimigo, esqueceu-se de completar: o professor que acredita na educação democrática é, sim, o inimigo da desdemocracia em curso e, por isso, seguirá sendo resistência.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 46, p. 606-644, set./dez. 2015.
- APPLE, Michael W. Reestruturação Educativa e Curricular e as Agendas Neoliberal e Neoconservadora: Entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 5-33, jan./jun. 2001.
- APPLE, Michael W. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A.; DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia. Disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista De Antropologia*, 2018a, p. 83-94.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica. 2020: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf.
- DUARTE, A. *Educação ou Ideologias*. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, mar. 2014. Disponível em: <http://arqrio.org/formacao/detalhes/381/educacao-ou-ideologias>.

- “ESCOLA SEM PARTIDO — educação sem doutrinação”. 2014-2017. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>.
- FACINA, Adriana. Sobre perfumes e essências: o lugar da Cultura na História. *Tempo Brasileiro*, v. 180, p. 73-88, 2010.
- MENDONÇA, Amanda. *Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação*. Tese de Doutorado em Política Social. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 2017.
- MENDONÇA, Amanda. Projetos para Educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral. *Revista Communitas*, v. 2, Número Especial, p. 106-120, 25 nov. 2018.
- MENDONÇA, Amanda; MOURA, Fernanda. “Meus filhos, minhas regras”: gênero, religião e política na América Latina. *Labirinto (UNIR)*, v. 32, p. 93-110, 2020.
- PASSOS, Pâmella. *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classes*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.
- PASSOS, Pâmella; GUIGUES, Luciana. Como ensinar História em tempos de avanço conservador? Conversas com estudantes de Licenciatura do Rio de Janeiro. *Revista Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 7, n. 2, 2020.
- PENNA, Fernando. *O ódio aos professores*. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- PENNA, Fernando. *O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- SILVA, Mavi Consuelo; MENDES, Olenir Maria. As marcas do machismo no cotidiano escolar. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 28, p. 90-99, jun. 2015. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/caderno-espaco-feminino/2>
- VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. *Plural. Antropologías Desde América Latina Y Del Caribe*, v. 2, n. 6, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/153>.

SOBRE AS AUTORAS

PÂMELLA PASSOS é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e fez estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2021) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2016). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre em História, área de concentração História Política, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é vice-líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura (GPTEC). Atualmente, coordena a pesquisa “Educadores são defensores”, um estudo de viabilidade para criação de um programa de acolhimento para professores em risco no Brasil.

E-MAIL: pamella.passos@ifrj.edu.br.

AMANDA MENDONÇA é doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense e fez estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2021). Mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e especialista em gênero e sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integra o Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ) e é pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura (GPTEC). Atualmente, é assistente Geral de Pesquisa do estudo “Educadores são defensores”.

E-MAIL: amandademendonca@gmail.com.



São as editoras independentes que garantem
que títulos como esse cheguem até você.
Ajude a **mórula** a continuar esse trabalho.
Adquira nossos livros:

www.morula.com.br



mórula
EDITORIAL

